

HABEAS CORPUS Nº 502.969 - SP (2019/0098318-3)

RELATOR : **MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO**
IMPETRANTE : **ELBER CARVALHO DE SOUZA**
ADVOGADO : **ELBER CARVALHO DE SOUZA - SP265193**
IMPETRADO : **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**
PACIENTE : **LUIZ APARECIDO TELLES CARDOSO (PRESO)**

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em favor de LUIZ APARECIDO TELLES CARDOSO no qual se aponta como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (HC 2020318-09.2019.8.26.0000).

Depreende-se dos autos que o paciente foi preso preventivamente pelo descumprimento de medida protetiva de urgência consistente na proibição de se aproximar da vítima S.A.M., sua ex-companheira, bem como de seus familiares – no caso, apura-se a suposta prática do delito tipificado no art. 24-A, *caput*, da Lei n. 11.340/2006, bem como das condutas previstas nos arts. 344, *caput*, 147, *caput*, por duas vezes, e 129, § 9º, todos do Código Penal (e-STJ fl. 24).

O pedido de revogação da medida constritiva foi indeferido (e-STJ fls. 32/33).

Impetrado *habeas corpus* na origem, os desembargadores da Terceira Câmara de Direito Criminal denegaram a ordem (e-STJ fls. 23/31 – acórdão sem ementa).

No Superior Tribunal de Justiça, a defesa aponta constrangimento ilegal decorrente da decretação da medida constritiva.

Sustenta que o paciente encontra-se preso preventivamente desde o dia 11/1/2019, pela suposta prática do crime estipulado no art. 24-A, *caput*, da Lei n. 11.340/2006.

Afirma que, além de não ter descumprido as medidas que lhe foram impostas, o paciente, na data dos alegados fatos, encontrava-se no Estado de Minas Gerais.

Aduz que, "se não há que se impor prisão ao fim, não há que ora se manter a prisão [...]" (e-STJ fl. 11).

Assevera que, no caso, não se encontram presentes os requisitos necessários à decretação da custódia, conforme o previsto no art. 312 do Código de Processo Penal, além de o investigado ser primário e possuir residência e emprego fixos.

Dessa forma, requer, liminarmente e no mérito, a revogação da prisão preventiva, com a consequente expedição do alvará de soltura, e a aplicação de medidas alternativas nos moldes do art. 319 do Código de Processo Penal (e-STJ fls. 3/22).

O pedido liminar foi por mim indeferido (e-STJ fls. 54/56).

Informações prestadas (e-STJ fls. 60/81, 83/93 e 110/124).

Parecer ministerial pelo não conhecimento do *habeas corpus* (e-STJ fls. 95/105).

É, em síntese, o relatório.

Conforme informações prestadas pelo Juízo da 1ª Vara Criminal da Comarca de Birigui (SP), foi prolatada sentença nos autos da Ação Penal n. 1503535-93.2018.8.26.0077, para condenar o paciente à pena de 8 (oito) meses e 15 (quinze) dias de detenção, a ser cumprida no regime aberto. Foi reconhecida a detração e foram cotejados o período em que o paciente ficou preso cautelarmente e a quantidade da pena imposta, observou-se, ainda, que praticamente houve o cumprimento da pena razão pela qual foi determinada a expedição do alvará de soltura.

Dessarte, é patente que a presente impetração visando a revogação da custódia cautelar do paciente está prejudicada, haja vista a perda superveniente de objeto.

Ante o exposto, **julgo prejudicado o presente *habeas corpus* pela perda superveniente do seu objeto.**

Publique-se. Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília, 29 de novembro de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
Relator